



João Luiz Domingues Barbosa

Cidade e Bem Cultural:
Um estudo sobre Patrimônio Histórico e cidade
no município de São João del-Rei – MG

Brasília – DF
Maio de 2008

João Luiz Domingues Barbosa

Cidade e Bem Cultural:
Um estudo sobre Patrimônio Histórico e cidade
no município de São João del-Rei – MG

Trabalho de monografia, apresentado como quesito necessário à conclusão do Curso em Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Cultura da Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes

Brasília – DF
Maio de 2008

João Luiz Domingues Barbosa

Cidade e Bem Cultural:
Um estudo sobre Patrimônio Histórico e cidade
no município de São João del-Rei – MG

Este trabalho de monografia, quesito para obtenção do título de especialista na Universidade de Brasília, na modalidade de Educação a Distância, foi apreciado por uma Banca Examinadora constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes
Universidade de Brasília

Prof. MSc. Márcio Takeu Sobral Hagihara
Universidade de Brasília

Brasília – DF
Maio de 2008

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Brasília através do Centro de Educação a Distância;
Ao Ministério da Cultura;
Ao Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
Ao Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes pela orientação;
Ao Prof. MSc. Márcio Takeu Sobral Hagihara membro da banca examinadora;
Aos estabelecimentos de comércio que nos receberam;
Aos funcionários do Museu Regional;
A Eneida pela parceria
A Rodrigo pela colaboração
A todos que contribuíram de alguma maneira para a realização deste trabalho.

Aos moradores da cidade de São João del-Rei.

Convite

São João del-Rei
A fachada do Carmo
A Igreja Branca de São Francisco

Os morros
O córrego do Lenheiro ...

Ide a São João del-Rei
De trem
Como os Paulistas foram
A pé de ferro.

Oswald de Andrade.

Resumo:

O objetivo deste trabalho é a investigação do nível de reconhecimento que a população da cidade de São João del-Rei/MG possui do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), através de sua presença e atuação na cidade por meio do Museu Regional, órgão de mediação cultural vinculado ao Departamento de Museus e Centros Culturais-DF (DEMU) e do Escritório Técnico (ET II), órgão fiscalizador vinculado a 13ª Superintendência Regional-MG (13SR), a partir da análise de questionários respondidos por funcionários do comércio local, na faixa etária de 18 a 60 anos, residentes no município.

Primeiramente apresenta-se a metodologia da utilização dos questionários e a seguir procura-se identificar a relação da comunidade com IPHAN, os museus locais e o Museu Regional. O trabalho procura, ainda, esclarecer o conhecimento do termo tombamento por parte dos moradores.

Palavras-chave:

Patrimônio Histórico e Cultural

Cidades Históricas

São João del-Rei

Identidade Nacional

ABSTRACT

This work aims at investigating the level of awareness that the population of the city of São João del-Rei/MG has of the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), through its presence and usefulness in the city with Museu Regional de São João del-Rei, an organisation linked to the Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) and of the Escritório Técnico II (ET II), a supervising department linked to the 13^a Superintendência Regional (13SR), via the analysis of questionnaires answered by employees of the local commerce, aged from 18 to 60 years old, residents in the city. At first we present a methodological analysis of the use of the questionnaires and then we identify the relation of the community with the local museums and the Museu Regional. The work also clarifies the knowledge of the term “tombamento” to the inhabitants.

Keywords:

Artistic and Historic Patrimony

Historic Cities

São João del-Rei

National Identity

LISTA DE TABELAS

Tabela I	Visitação do Museu Regional	p.01
Tabela II	Visitação do Arquivo Histórico	p.03
Tabela III	Relação de Monumentos históricos tombados na cidade de São João del-Rei	p.25
Tabela IV	Análise global – Parte I	p.34
Tabela V	Análise global – Parte II	p.35
Tabela VI	Primeiro grupo de análise individualizada – Parte I	p.36
Tabela VII	Primeiro grupo de análise individualizada – Parte II	p.36
Tabela VIII	Segundo grupo de análise individualizada – Parte I	p.37
Tabela IX	Segundo grupo de análise individualizada – Parte II	p.37
Tabela X	Terceiro grupo de análise individualizada – Parte I	p.38
Tabela XI	Terceiro grupo de análise individualizada – Parte II	p.38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Localização	p.06
Figura 2	Mapa do Centro Histórico e área de atuação do IPHAN	p.08
Figura 3	Casarão do Comendador atual Museu Regional – vista frontal a partir da praça Severiano de Resende	p.19
Figura 4	Casarão do Comendador atual Museu Regional – vista lateral a partir do Córrego do Lenheiro	p.19
Figura 5	Mural de Renovação Artística	p.22
Figura 6	Mural de São João del-Rei	p.23
Figura 7	Vista aérea da cidade	p.26
Figura 8	Mapa de localização das empresas	p.39

LISTA DE QUESTIONÁRIOS

Modelo de questionário I	p.30
Modelo de questionário II	p.31

SUMÁRIO

1	Introdução	p.1
2	Objetivos	p.5
2.1	Objetivo Geral	p.5
2.2	Objetivos Específicos	p.5
3	São João del-Rei : planejada para ser patrimônio histórico nacional	p.6
4	Fundamentação Teórica	p.14
4.1	A construção da identidade nacional	p.14
4.2	A “musealização” do patrimônio	p.17
4.3	O casarão do Comendador e o Museu Regional de São João del-Rei	p.19
4.4	A cidade e o IPHAN pós década de 1940	p.23
4.5	Os documentos de proteção	p.26
4.6	Aloísio Magalhães e o IPHAN	p.27
5	Metodologia	p.29
5.1	Tipo de pesquisa, sujeitos participantes e instrumentos de coleta de dados	p.29
5.2	Procedimentos de coleta de dados	p.32
5.3	Tabulação de resultados e Análise de dados	p.34
6	Discussão dos resultados	p.39
7	Conclusão	p.47
	Referências Bibliográficas	p.50

1 – Introdução:

Em agosto de 2006, após aprovação em concurso público, iniciei o meu trabalho no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na cidade de São João del-Rei – MG. Fui designado para assumir o cargo no Museu Regional de São João del-Rei, órgão de mediação cultural vinculado naquela época a 13ª Superintendência Regional do IPHAN (13SR) em Minas Gerais. No mesmo prédio do Museu Regional, também funcionava o Escritório Técnico II do IPHAN (ET II), órgão fiscalizador também vinculado a 13SR e ao qual o Museu encontrava-se hierarquicamente subordinado, além do Arquivo Cartorial e Histórico da Comarca do Vale das Mortes.

Na ocasião, comecei a observar que a relação social existente entre a ação do IPHAN e a população da cidade se apresentava de forma conflituosa: se por um lado a cidade congrega um valioso patrimônio histórico com inúmeros monumentos tombados, por outro lado me pareceu que parte da sua população não conhecia o instituto, sua função e o valor desses monumentos históricos tombados. Notei, ainda, uma certa animosidade por parte de uma parcela da comunidade, moradora do centro histórico tombado em relação à ação fiscalizadora exercida pela instituição, no que se refere à preservação dos monumentos, que é a sua ação precípua.

Da mesma forma, o Museu Regional situado em um ponto privilegiado, no centro da cidade, em um imponente casarão do séc. XIX, apresentava uma visitação insuficiente, para um dos principais museus da cidade.

Tabela I – Visitação do Museu Regional

Relação de visitantes do Museu Regional de São João del-Rei													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2006	320	106	209	209	699	538	797	163	290	770	543	242	4886
2007	s/ref	s/ref	161	s/ref	81	GREVE	14	209	610	324	585	332	2316
2008	667	180	202	208									1257

Na qualidade de novo morador em uma cidade mineira, comecei a ser discretamente indagado a respeito da minha estada no local: quem era e o que fazia na cidade. Sempre que informava ser funcionário do IPHAN, procurava esclarecer que era especificamente no Museu Regional e não no ET II que trabalhava. Comecei a notar

uma confusão por parte dos moradores a respeito do que era o IPHAN e que representações possuía na cidade. Iniciei, então, uma pesquisa informal, indagando dos funcionários de comércios que freqüentava se eles conheciam o Museu. Minhas suspeitas aumentavam ao identificar que para eles a atuação do IPHAN se referia apenas à ação fiscalizadora. Em sua maioria, quando não conheciam o Museu, não sabiam a sua localização, ou nunca o tinham visitado.

Em janeiro de 2007, o Presidente do IPHAN desvincula, através de portaria, os Museus Regionais das Superintendências Regionais, vinculando-os ao Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU). Internamente, tal medida, gera na instituição um certo descontentamento, porém os Museus Regionais passam a ter uma maior representatividade e importância.

Durante o mês de maio de 2007, período em que a instituição encontrava-se em greve, a 13SR promove a mudança do ET II e do Arquivo Histórico do prédio do Museu Regional para um outro prédio próximo, o que, mesmo para os funcionários do museu, foi uma grande surpresa. A partir de 01 de junho do mesmo ano, fui nomeado pelo Diretor do DEMU como responsável pelo Museu, assumindo as minhas novas funções.

Nessa época, já aluno regular do curso de Gestão em Políticas Públicas, a minha vontade em realizar o trabalho monográfico já definido como o estudo entre a relação do IPHAN e a cidade, se reafirmou. Diante da surpresa da separação apenas adaptei minhas hipóteses, e continuei com o meu intuito.

Constatei, com a separação, que a movimentação na instituição, no caso representada pelo ET II, o Arquivo e o Museu Regional, de segunda a sexta-feira, devia-se em grande parte aos moradores que vinham fazer consultas sobre processos de intervenções arquitetônicas ou pesquisa no valioso acervo do Arquivo Histórico que é composto de documentação cartorial a partir do século XVII. Estes pesquisadores em sua maioria eram estudantes universitários, bem como, moradores da região que buscavam documentação sobre demandas e títulos de propriedades.

Tabela II – Visitação do Arquivo Histórico

Relação de pesquisadores visitantes do Arquivo Histórico													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2006								49	106	78	72	62	367
2007	77	61	101	81	43								363

Baseado nas constatações anteriormente descritas ressalto que iniciamos este trabalho, a partir da idéia que a inexistência de ações de conscientização que ocorrem na relação do IPHAN com o município de São João del-Rei provocam situações que geram primeiro o desconhecimento de parte da população e a não valorização do seu patrimônio histórico seguido pela dificuldade de se difundir uma consciência de preservação na cidade.

Acreditamos que o morador desconhece em certos momentos e em outros possui uma visão distorcida das ações e atuações do IPHAN na cidade. Pensamos que este fato pode ser historicamente comprovado e que perdura desde os tombamentos realizados na cidade na década de 1940, resultando na atualidade, na ausência de valoração e na dificuldade de preservação desses monumentos por parte dos habitantes desta cidade histórica. Para eles, ainda hoje, o IPHAN se constituiria num entrave ao desenvolvimento e ao progresso, o que revelaria a existência de uma disparidade entre a atuação do órgão e os anseios da comunidade.

No decorrer dos trabalhos, apoiando-nos no conceito e na visão do grupo de intelectuais modernistas idealizadores do IPHAN no ano de 1937, procuraremos identificar através do público alvo escolhido, uma parcela representativa de funcionários do comércio local, reconhecem a presença e atuação do IPHAN nesta cidade histórica, através da sua relação com o Museu Regional e o ET II e o conhecimento do termo tombamento.

Em virtude dos prazos para a realização da monografia restringimos nosso objeto de pesquisa ao centro histórico tombado e na identificação do nível de conhecimento dos trabalhadores do comércio do mesmo centro histórico.

Acreditamos que esta pesquisa nos fornecerá um diagnóstico relevante como resultado, e que servirá como base na implementação de propostas de trabalho no Museu Regional com vistas a atrair tanto o morador quanto o visitante esporádico a melhor conhecer a história e a cultura da região.

Da mesma forma, pretendemos, ainda, obter como resultado do trabalho definições das formas mais eficazes de atuação, como Gestores de Políticas Públicas de Cultura.

2 – Objetivos.

2.1 – Objetivo Geral:

- Investigar o nível de reconhecimento que a população da cidade de São João del-Rei-MG possui do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, a partir de suas representações e de sua atuação na cidade, considerando-se a perspectiva de uma camada representativa de seus habitantes.

2.2 – Objetivos Específicos:

- Analisar a relação entre a comunidade de São João del-Rei e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN através de sua presença e atuação na cidade por meio do Museu Regional, órgão de mediação cultural vinculado ao Departamento de Museus e Centros Culturais-DF (DEMU) e do Escritório Técnico (ET II), órgão fiscalizador vinculado a 13ª Superintendência Regional-MG (13SR);
- Investigar o grau de reconhecimento que a população de São João del-Rei possui do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN;
- Investigar o conhecimento, por parte da população, do significado do termo “tombamento de um bem cultural”;
- Propor a realização de ações que possam minimizar, no caso de afastamentos, ou incentivar, no caso de estreitamentos, a relação entre a comunidade de São João del-Rei e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

3 – São João del-Rei – planejada para ser patrimônio histórico nacional.

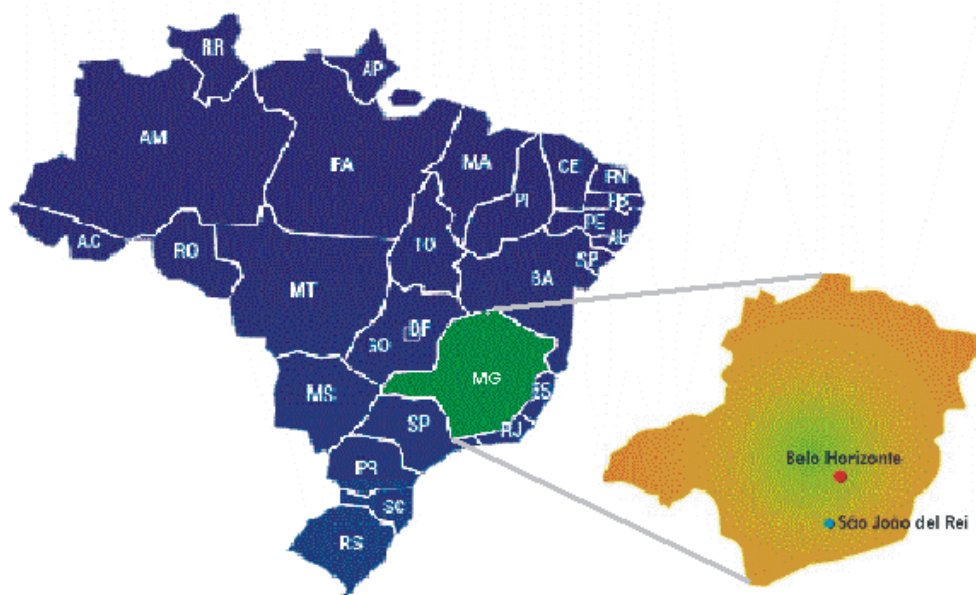


Figura 1: Mapa de Localização

Fonte: Imagens captadas em www.vm2.com.br e www.bid.mg.gov.br.

Antes mesmo da descoberta do ouro em São João del-Rei, a região foi ocupada como ponto obrigatório de passagem pelos que se encaminhavam em direção das minas já em exploração. Local conhecido como Porto Real da Passagem, foi estabelecido por Tomé Portes del Rei à margem esquerda do Rio das Mortes.

A exemplo do que ocorreu com outras cidades coloniais mineiras originárias da atividade de exploração do ouro, a formação de São João del-Rei se deu com a aglutinação de pequenos núcleos surgidos junto a locais de mineração, descobertos a partir de 1704. O arraial se instalou, simultaneamente, em dois pontos elevados, localizados em torno do vale do Córrego do Lenheiro, atualmente assinalados pelas igrejas do Senhor dos Montes e de Nossa Senhora das Mercês, na margem esquerda, e pela Capela do Senhor do Bonfim, em local então denominado Morro da Forca, na margem direita, surgindo os primeiros arruamentos, compostos por casas toscas cobertas de palha. Assim, até a data da criação da vila, no ano de 1713, o Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar ou do Rio das Mortes se estendia do Morro da Forca, onde se localizava a primitiva capela de Nossa Senhora do Pilar, até o Morro das Mercês e o do Senhor dos Montes, no alto do qual existia outra capela do

Pilar, configurando-se desta forma a primeira extensão urbana de São João del-Rei, ocupada de maneira ainda bastante dispersa¹.

O ouro, farto e de fácil exploração nas encostas da serra que cercavam a vila, orientou os caminhos entre a vila e as áreas de exploração. Da serra desciam caminhos em direção ao Córrego do Lenheiro, por cujas margens os viajantes exploradores se dirigiam em duas direções: na direção do Rio das Mortes, cujo porto servia de passagem para a sua travessia, e em outra direção para os lados do Rio das Mortes Pequeno, cujo caminho era citado como saída para São Paulo.

O primeiro passo na organização de uma política administrativa, com orientações no processo de formação urbana foi a elevação do Arraial de São João del-Rei a categoria de Vila, em 08 de dezembro de 1713.

Roberto Maldos, em seu texto *Formação Urbana de São João del-Rei* afirma que a formação urbana inicial da cidade está baseada na relação de interesses entre os que exploravam a extração do ouro, associado aos interesses dos comerciantes, e, por outro lado, os que detinham o controle administrativo, representados por agentes da Coroa Portuguesa, que impunham deliberações quanto a forma e direcionamento da ocupação urbana, em seu aspecto físico, assim como no aspecto da arrecadação, usos dos espaços, licenças para exercer atividades, entre outros.

Com o controle administrativo bastante intenso, buscando a segurança ou o embelezamento da Vila, a formação urbana de São João del-Rei foi bastante dinâmica, com ruas e becos sendo abertos ou fechados. O Córrego do Lenheiro era um divisor da cidade, mas não tardou a ocupação da outra margem, fronteiro a serra onde se davam as escavações (MALDOS, 1997).

Com a criação da vila , um novo ponto referencial foi delimitado, que passaria a funcionar como núcleo mais importante e de maior concentração, erguendo-se então

¹ CARRAZONI, Maria Elisa, coord., 1987. Guia dos bens tombados Brasil. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 534 p., il., 2.ed. (1.ed. 1980).

o Pelourinho na Chapada do Morro, no lado contrário à ocupação inicial do arraial, onde seriam erguidas as edificações mais importantes.

Escolhida para sede da nova Comarca do Rio das Mortes, criada em 1714, em virtude de seu desenvolvimento expressivo a partir da criação da vila, São João del-Rei ganhou, até a metade do século XVIII, várias edificações de vulto, civis e principalmente religiosas. Em 1719, foi construída a primeira ponte sobre o Córrego do Lenheiro, possibilitando a integração definitiva das duas partes da vila. Surgiram nessa época a Igreja do Rosário (1719), a nova matriz do Pilar (1721), as igrejas do Carmo (1733) e das Mercês (1751), à margem esquerda do Lenheiro e à margem direita, a igreja de São Francisco de Assis (primitiva capela, em 1749), as capelas do Bonfim (1769) e de São Gonçalo (1789) (CARRAZONI, 1987).



Figura 2: Mapa do Centro Histórico e principal área de ação do IPHAN
Fonte: Flores, 2007.

Legenda: 1 Ig de N S do Pilar; 2 – Museu Regional; 3 – Praça Severiano de Resende; 4 – Ig de N S do Rosário; 5 – Ig de N S das Mercês; 6 – Ig de N S do Carmo; 7 Ig de S Francisco; 8 – Ponte do Rosário; 9 – Ponte da Cadeia; 10 – Intendência (atual Pref Municipal).

O Senado da Câmara da Vila de São João del-Rei, ainda de acordo com Maldos (1997), buscou dar as orientações necessárias para as edificações e aberturas de ruas, orientando as edificações e intervindo diretamente na questão do alinhamento das fachadas e das ruas. A figura do “arruador” surge logo nos primeiros anos da vila, assim como a câmara também era chamada a intervir no sentido de limitar o avanço

das edificações sobre áreas comuns ou públicas. Havia por parte da Câmara o interesse em se determinar a largura das novas ruas e a dimensão máxima dos lotes urbanos, já se prevendo a carência de lotes mais centrais, os mais procurados.

Em edital de 1741, os oficiais da Câmara da vila de São João mandaram publicar “por todas as ruas e mais lugares públicos” que todos fossem obrigados a calçar suas testadas “de sorte que chegue ao meio da rua (...)”, sob a ameaça de se não o fizessem, seriam presos e multados.

Apesar da decadência na exploração do ouro na segunda metade do século XVIII, a situação da Vila não retrocede, uma vez que as atividades comerciais parecem ganhar um impulso ainda maior. No que diz respeito ao controle administrativo e de orientação urbana, a figura do arruador continua a ter importância.

Em princípios do século XIX, antes ainda de ser elevada à categoria de cidade, São João del-Rei contava com cerca de mil edificações, destacando-se entre estas, além das igrejas anteriormente citadas, a Casa do Ouvidor e da Intendência, a Casa de Fundição, a Santa Casa de Caridade e ainda obras de grande valor viário e urbanístico, como as duas pontes de pedra, a da Cadeia, construída em 1797, e a do Rosário, de 1800. Duas novas edificações religiosas, construídas ainda no início do século XIX, as capelas do Bom Jesus dos Montes e de Santo Antônio - atraíram pequenos agrupamentos residenciais, mas o núcleo urbano principal da cidade permaneceu em torno da rua Direita, da Matriz do Pilar e da Igreja do Carmo, do novo Paço Municipal, cujo prédio foi inaugurado em 1849, da Igreja de São Francisco e ao longo do Córrego do Lenheiro, próximo às duas pontes de pedra, do Rosário e da Cadeia, local também conhecido como Praia.

No que se refere a características construtivas, a arquitetura religiosa de São João del-Rei segue, na sua maior parte, os padrões tradicionais dos partidos das matrizes mineiras da primeira fase, com a clássica disposição de planta em nave, capela-mor, sacristias e corredores laterais, tendo a fachada organizada em um corpo principal ladeado por duas torres, geralmente de perfil quadrado. Quanto à ornamentação, as igrejas obedecem principalmente aos padrões artísticos vigentes em Minas Gerais na

segunda metade do século XVIII e início do XIX, correspondendo a composições do gosto rococó. A arquitetura civil adota os mesmos sistemas construtivos da religiosa - as estruturas em pedra, adobe e taipa, apresentando plantas de forma mais compacta. Os sobrados mostram soluções bastante eruditas, com platibandas e frontões trabalhados. Na rua do Rosário, o casario é, em geral, composto por edificações térreas, de cimalhas simples, constituídas por beiras-seveiras.

Visitada pelo viajante inglês John Luccock, no ano de 1817, a Vila de São João del-Rei foi por ele considerada compacta, de forma urbanística “aproximadamente circular”, semelhante a todas as vilas portuguesas da mesma categoria. Segundo o viajante, as casas que se situavam nos pontos mais altos eram as usadas para as “repartições públicas ou para as residências particulares melhores”. “A cidade não tinha mercado público, sendo que as casas de comércio “acanhadas e escuras sem janelas como as do Rio” e “fornidas de gêneros”, vendendo artigos importados, destacando-se os de procedência inglesa. (MALDOS, 1997)

Durante o Século XIX a Câmara aprimora a questão das posturas, obrigando a que os moradores obedecessem aos riscos de edilidade, que a mesma havia adotado para as construções na Vila, zelando também pelo alinhamento das fachadas. No final deste mesmo século, Leis e Resoluções ampliam as determinações e orientações que são ditadas pela Câmara Municipal, no que se referem às intervenções urbanas.

Outro fator de interferência, que veio desde o início da formação da Vila, foi a imposição do Senado da Câmara em criar uma área oposta àquela onde se dava a efervescente prática da exploração do ouro e da aglomeração humana. Dessa forma, com a definição de um outro local para a implantação oficial da vila, ampliava-se a área de ocupação do núcleo com moradas e prédios oficiais. Como a vila ficava dividida pelo Córrego do Lenheiro, com caminhos diferentes para as entradas e saídas e mais encostas que permitiam a ocupação bastante ampla, não ocorreu um adensamento desproporcional. Da mesma forma, a posição estratégica da cidade de São João del-Rei, situada como ponto de convergência entre os principais centros produtores e receptores de produtos, fez com que a cidade, após a febre inicial do

ouro, se desenvolvesse de forma constante e sem grandes sobressaltos. Chegou, mesmo a disputar com a pequena Vila de Curral d'el Rei, atual Belo Horizonte, o título de nova capital das Minas Gerais, no final do Século XIX. A evolução de sua ocupação urbana mostra uma cidade com espaços constantes de crescimento, sem um adensamento exagerado, buscando a proximidade dos caminhos secundários e do principal (Córrego do Lenheiro).

São João del-Rei foi elevada à categoria de cidade no ano de 1838, afirmando-se nesse momento pelo seu amplo desempenho comercial, abastecendo, principalmente, a cidade do Rio de Janeiro, com a qual mantinha laços comerciais bastante dinâmicos. Na segunda metade do século XIX, a cidade contava com um número bastante expressivo de estabelecimentos comerciais.

No final deste mesmo século, um novo impulso foi dado à cidade com a criação da Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), em agosto de 1881, ocasionando um maior adensamento em direção à linha férrea e, mais nitidamente em direção ao arraial de Matozinhos que constituiu um novo e importante fator para o desenvolvimento da indústria e do comércio na cidade. Inauguram-se fábricas, tradicionais casas comerciais são fundadas, abrem-se novos consultórios médicos, dentistas, advogados e ateliers de artistas, o que vai tornar o comércio do final do século ainda mais ativo.

Desde as últimas décadas do século XVIII que a Vila encaminha-se para os seus subúrbios e caminhos de entrada e saída. As ocupações de área em São João del-Rei, continuam a seguir um ritmo constante de solicitações de terras e as suas respectivas concessões.

Nas primeiras décadas do século XX, o comércio está em plena atividade caracterizando-se por uma ampla diversidade de produtos locais, além dos que são trazidos principalmente do Rio de Janeiro. Pequenas fábricas ocupam ainda áreas centrais da cidade, mas com o passar dos anos vão se afastando para áreas com melhores condições de instalação.

Em 1913, época de seu segundo centenário de elevação à Vila, a cidade contava 18.000 habitantes, com cerca de 3.000 casas, conservando ainda o seu calçamento antigo. Na época havia uma escassez de casas de aluguel, o que fez com que a municipalidade promulgasse uma lei facilitando novas construções. Este é um período de investimento público de melhorias das condições de serviços de infraestrutura, como água e esgoto, calçamento e criação de novas praças públicas. Embora o número de fábricas crescesse de ano a ano, muitas delas ainda ocupavam as áreas centrais da cidade. Esta concentração se dava provavelmente pela necessidade de uso da energia elétrica disponível na área, porém, as fábricas de fiação e tecelagem já se dirigiam para pontos mais afastados. Já no ano de 1925 a cidade de São João del-Rei possuía 3.080 casas, com uma população de 23.000 habitantes (MALDOS, 1997).

Situada na região do Campo das Vertentes, com área territorial de 1.464 km², a cidade, na atualidade, possui uma população de 81.918 habitantes, de acordo com dados do IBGE, sendo servido pelas rodovias BR 265, BR 494, BR 383 além de um aeroporto.

Na questão da segurança pública, conta com um Batalhão de Infantaria de Montanha, tradicional no lugar, e outro de Polícia Militar além de uma Delegacia Regional da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. A sua estrutura administrativa é formada por uma expressiva representação de órgãos do Governo Federal e Estadual, assim como a sua rede de serviços de saúde, que é composta por vinte e seis estabelecimentos de saúde públicos.

Dotada de uma ampla rede de ensino, conta com escolas de ensino pré-escolar, fundamental, médio além de outras escolas privadas, cursos pré-vestibular, escolas de ensino técnico, e ainda, duas escolas de ensino superior: o Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Neves (IPTAN) e a Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ).

Tem na tradição religiosa sua mais importante referência cultural, onde se pode ainda presenciar celebrações nos moldes dos séculos XVIII e XIX, com suas

irmandades, confrarias e ordens terceiras em plena atividade. Possui também inúmeros monumentos e prédios civis de valor histórico e artístico, além dos protegidos pela legislação federal, que são tombados pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural.

Possuidora de diversas instituições culturais, a cidade tem também na tradição musical uma outra forte referência cultural, contando com um conservatório de música, duas orquestras centenárias e bandas. Possui ainda atuante o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia de Letras, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, o Teatro Municipal e diversas bibliotecas.

Orgulhosa de seus filhos ilustres, venera-os, como especialmente ao Presidente Tancredo Neves e ao Cardeal Dom Lucas Moreira Neves entre tantos outros. O atual Governador do Estado, Dr Aécio Neves é natural de Belo Horizonte mas destina a São João uma especial atenção e cuida da cidade como sua terra natal.

4 – Fundamentação Teórica:

4.1 – A construção da identidade nacional

No Brasil, com a instauração do Estado Novo, a reforma administrativa foi ampliada, e o Estado passou a ser apresentado como o representante legítimo dos interesses da nação, por sua vez entendida como “indivíduo coletivo”. Maria Cecília Londres Fonseca, em seu livro *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, afirma que a partir do Estado Novo, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado¹. A temática do Patrimônio surge, segundo a autora, assentada em dois pressupostos do movimento modernista, enquanto expressão da modernidade: o caráter ao mesmo tempo universal e particular das autênticas expressões artísticas e a autonomia relativa à esfera cultural em relação às outras esferas da vida social.

A questão da identidade Nacional era um tema comum a praticamente todos os grupos modernistas, que se expressavam, em suas manifestações mais elaboradas, através de uma visão crítica do Brasil europeizado e da valorização dos traços primitivos de nossa cultura, até então tidos como sinais de atraso. Para os modernistas, Minas Gerais se constituiu, desde a segunda década do século passado, em pólo catalisador e irradiador de idéias. Foi em viagens a Minas que descobriram o barroco como emblemático, e como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, além da necessidade de proteger os monumentos históricos.

No ano de 1924 ocorreu a famosa viagem dos modernistas às cidades mineiras que gerou o conjunto de representações, ligadas a conceitos de patrimônio e de identidade nacional. Compuseram este grupo o casal Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, o poeta francês Blaise Cendrars, pseudônimo literário de Frédéric-Louis Sauser, Mário de Andrade, Olívia Guedes Penteado, Godofredo da Silva Teles e René Thiollier. Tendo como ponto de partida a Semana Santa em

¹ Fonseca, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

São João del-Rei, passaram ainda por Tiradentes, Ouro Preto, Divinópolis, Congonhas do Campo, Mariana, Sabará e Belo Horizonte¹.

Mário de Andrade, o maior nome do modernismo, serviu de elo entre os vários intelectuais modernistas de todo o país através de seus contatos pessoais, viagens e correspondências. A preocupação em valorizar o popular foi, sem dúvida, um traço marcante na sua obra, tanto cultural quanto institucional: o popular enquanto objeto e o povo enquanto alvo. Ele considerava que o valor histórico deveria prevalecer e que o objeto seria tombado por esse mesmo valor histórico. A preocupação maior de Mário de Andrade não se restringia à conceituação de patrimônio, mas também dizia respeito à caracterização da função social do órgão, o que implicava detalhar atividades que facilitassem a comunicação com o público. Dizia ele que “defender o patrimônio histórico e artístico é alfabetização”. Em sua atuação como homem público não dissociava produção e coletivização do saber.

A pedido do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, elaborou um anteprojeto onde desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo. O anteprojeto de Mário definia com clareza o alcance e os limites da participação social na construção dos patrimônios históricos e artísticos, apontando as diferenças e as peculiaridades dos níveis nacional e local e caracterizando a função social do intelectual como mediador entre os interesses populares e o Estado. A primeira versão apresentada por Mário de Andrade, foi formulada de forma definitiva no decreto-lei 25 de 1937, de autoria do advogado, jornalista e contista Rodrigo Melo Franco de Andrade, tratando o tema de forma abrangente e articulada, propondo uma única instituição para a proteção de todo o universo dos bens culturais, recrutando intelectuais que assumiam em suas respectivas áreas posturas inovadoras.

As diferenças entre Mário e Rodrigo residiam no modo como viam a ação cultural enquanto ação política. Se para Mário a preocupação de socializar o saber era um imperativo ético, com raízes profundas na sua formação cristã, Rodrigo e seus

¹ FLORES, Ralf José Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Escola de Engenharia de São Carlos – USP – São Carlos – SP, 2007 (arquivo digital).

colaboradores, embora considerassem essa tarefa imprescindível ao sucesso da proteção, fizeram do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, por razões de estratégia política e de princípio, uma instituição eminentemente técnica, que desenvolvia um trabalho altamente especializado e de grande responsabilidade científica e social, na medida em que era juridicamente responsável pela constituição do patrimônio histórico e artístico nacional e penalmente responsável pela proteção dos bens tombados.

O SPHAN começou a funcionar experimentalmente em 1936, já sob a direção do próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade e, através da lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, passa a integrar oficialmente a estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES).

O primeiro gesto de adesão ao ideário modernista no MES foi com relação à arquitetura, ao apoiá-la e, ao mesmo tempo, utilizá-la para a criação de símbolos de uma nova era. Além de serem os construtores desses símbolos foi no SPHAN que os arquitetos modernistas atuaram enquanto integrantes da estrutura institucional montada pelo Estado Novo. Nos anos de 1930, a arquitetura moderna, recém introduzida no Brasil e praticada por arquitetos que tinham ligações pessoais com os modernistas, recebeu apoio oficial através de Gustavo Capanema, com a nomeação de Lúcio Costa para a direção da Escola Nacional de Belas Artes e a construção do novo prédio do Ministério da Educação e Saúde, o Palácio Gustavo Capanema, que se converteu no monumento aos novos tempos.

O movimento que os modernistas fizeram na direção da tradição, foi feito também no campo da arquitetura individualmente por Lúcio Costa, a partir de 1928, ao passar da adesão ao estilo neocolonial para a arquitetura moderna. Seus seguidores procuraram produzir uma arquitetura que, inspirada nessas raízes, terminou por se converter em uma cópia cujo efeito era evocar o passado. Lúcio Costa procurou, porém, fazer uma análise mais profunda dos princípios da arquitetura colonial brasileira. Fez, portanto, um movimento inverso dos modernistas do início dos anos 1920, para chegar ao mesmo ponto: integrar modernidade e tradição a partir de uma

reflexão sobre a especificidade de seu campo profissional e de sua relação com a realidade brasileira.

4.2 – A “musealização” do patrimônio.

Márcia Regina Romeiro Chuva, em *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*, afirma que o grupo de intelectuais mineiros que esteve engajado no processo de institucionalização do SPHAN, tais como Rodrigo M. F. de Andrade, na direção, Carlos Drummond de Andrade, como seu chefe de gabinete, vinculados a Gustavo Capanema, no ministério da educação e saúde, constituíram uma teia, uma “rede mineira” de agentes cujos laços pessoais passavam pelo sentimento de pertencimento à mineiridade. Essa centralidade mineira, a que se refere a autora, configurou-se também, nas representações acerca do *patrimônio histórico e artístico nacional*, onde a produção artística e arquitetônica do século XVIII de Minas Gerais não somente foi consagrada, como considerada paradigmática e modelar para o restante do Brasil, cujo *patrimônio* passou a ser analisado e comentado à luz do *patrimônio* mineiro – padrão de qualidade a ser buscado.

A um só tempo, o *patrimônio* passa a ser metaforicamente representado, como a base concreta de sustentação da “identidade nacional” conferindo objetividade à nação através de sua materialização em objetos, prédios e monumentos, entre outros.

Lúcio Costa a pedido de Rodrigo M. F. de Andrade viajou para São Miguel das Missões a fim de averiguar o estado em que se encontravam as ruínas das antigas missões jesuíticas. Ao retornar propõe a constituição de um pequeno museu para “dar ao visitante uma impressão tanto quanto possível aproximada do que foram as Missões” (CHUVA, 1995). O Museu das Missões, criado em 1940 pelo Decreto-lei nº 2077, se tornou um “padrão-ideal para os museus regionais monográficos que o SPHAN iria organizar” com função educativa, tendo sempre em vista o alcance popular.

Nessa mesma linha foram idealizados o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e o Museu do Ouro, em Sabará, ambos em Minas Gerais, respectivamente, criados pelo Decreto-lei nº 965, de 1938 e pelo Decreto-lei nº 748 de 1945. Persistindo, na temática mineira, no segundo governo Vargas foi criado o Museu do Diamante pela lei nº 2200, de 12 de abril de 1954, na cidade de Diamantina, também em Minas Gerais.

A criação de museus vinculados ao SPHAN, no período do Estado Novo, teve um caráter estruturante das concepções e práticas que vinham se constituindo. Buscava-se formular uma vertente museológica para o SPHAN, que conjugasse as representações espaciais que ao imóvel-sede do museu pudessem ser atribuídas, com o acervo que nele seria exposto. Os monumentos e os objetos móveis, ambos como semióforos, tornavam-se também ícones da idéia de cultura. Nesse sentido, a “coletividade” que a nação representava devia ser protegida através da conservação daquilo que ela possuísse. Os objetos recolhidos aos museus mudavam do *status* de propriedade particular, objetos de um tempo passado, para o *status* de arte, passando a ser incluídos como parte integrante da cultura tradicional da nação. Dessa forma, *proteger* o patrimônio cultural como propriedade pertencente à coletividade do grupo-nação, implicava em fazer o inventário do que se possuía, a aquisição de tudo aquilo que se mostrasse autêntico, genuíno e representativo do ser nacional e a proteção, pelo isolamento dessa propriedade por regras especiais e pela construção de museus nacionais, onde deveriam ser expostos. (CHUVA, 1995).

Esses foram passos decisivos para a consagração do tempo recortado como origem da nacionalidade e seus ícones. Foram valorizadas as temáticas relativas ao período colonial, como mais um exemplo dos inúmeros investimentos feitos no sentido da consagração e do reconhecimento da história contada pela agência estatizada, reafirmando as Minas Gerais do séc. XVIII como marco desse processo de fundação na nação. Além disso, na proposta de museus temáticos, esse investimento caracterizou-se pela conjunção da concretização dessa história selecionada numa materialidade que a autenticava, através de objetos tanto arquitetônicos quanto imóveis.

4.3 – O Casarão do Comendador e o Museu Regional de São João del-Rei



Figura 3: Casarão do Comendador atual Museu Regional – vista frontal a partir da praça Severiano de Resende

Fonte: Levantamentos do autor



Figura 4: Casarão do Comendador atual Museu Regional – vista lateral a partir do Córrego do Lenheiro

Fonte: Levantamentos do autor

O Casarão do Comendador.

O declínio da produção aurífera não significou o fim da Vila de São João del-Rei, passando ela a desempenhar um importante papel comercial. Neste cenário, surgem comerciantes de expressão como João Antônio da Silva Mourão (1806-1866), que construiu o prédio onde hoje se encontra instalado o Museu Regional de São João del-Rei. Esta imponente edificação, situada à margem do Córrego do Lenheiro e ocupando uma extensa área, se sobressai perante o casario ao redor e se volta para os principais pontos da cidade.

Concluídas as obras em 1859, ali o Comendador instalou sua família, que ocupava o segundo e terceiro pavimentos, e a sua loja de secos e molhados, localizada no primeiro pavimento. Após a sua morte, 1866, a casa permaneceu como propriedade da família e, em 1926, ela é vendida a uma tradicional família do lugar.

Na década de 1940, o IPHAN inicia o processo de tombamento do casarão, exemplar da “autêntica arquitetura brasileira de estilo imperial” mas sofre pressão dos proprietários que pretendiam construir um outro prédio no local. Vendida em 1946 a uma firma de construção sanjoanense, a CIMOSA, a casa começou a ser demolida para no terreno ser construído um hotel. Conseguindo sustar a demolição, o SPHAN tomba o prédio em agosto daquele ano e, logo após, se dá a sua desapropriação por determinação presidencial.

Enquanto prosseguia a campanha pela imprensa contra o SPHAN, no ano de 1946, afirma Flores (2007), a bancada udenista de Minas Gerais encaminhou à Assembléia Nacional Constituinte requerimento para que o Ministério da Educação fundasse na cidade um museu histórico. A reação da população foi imediata: enquanto aceitavam a iniciativa do museu, eram contra a sua localização, chegando mesmo a sugerir outros locais para a sua implantação.

A campanha dos partidários da empresa CIMOSA conseguiu aglutinar várias personalidades locais, o que aponta como a ação do grupo do Patrimônio passava longe dos interesses e de um envolvimento com a população. Ainda de acordo com o autor, o programa de ação do SPHAN não havia sido difundido ou debatido nem com

a população local, nem com os grupos detentores do poder. A cidade no entendimento do SPHAN fazia parte de algo mais importante que ela própria, uma vez que seu acervo arquitetônico histórico era uma peça fundamental no conjunto de símbolos da nação.

“para se criar uma cultura nacional havia que desconsiderar os vínculos entre cada um dos elementos que compunham esta cultura e as condições locais que os originaram. Havia que, paradoxalmente, desregionalizar cada um destes elementos, destacá-los de suas raízes, de suas peculiaridades e idiossincrasias. Havia que abstraí-los, para assim poder precisar o que seria sua verdadeira “essência” nacional.” (FLORES, 2007, p.177)

O Museu Regional de São João del-Rei.

Prevalendo a autoridade do SPHAN, a partir de 1947, parcialmente destruída, a edificação passa por uma longa restauração a fim de abrigar um Museu Regional. A partir de 1954, ano de conclusão das obras, se inicia a aquisição do acervo. Num primeiro momento se forma o núcleo arquivístico com a transferência dos documentos cartoriais dos séculos XVIII e XIX, pertencentes à antiga Comarca do Rio das Mortes. À semelhança do que fora feito em outras cidades históricas, dava-se início a um setor de pesquisa, colocando à disposição dos estudiosos documentos fundamentais para o conhecimento da história mineira. Aos poucos, o museu vai constituindo o seu acervo com objetos na maioria procedentes da região. Aberto à visitação pública a partir de 1963, o Museu Regional apresenta como resultado uma exposição que contém testemunhos significativos de aspectos da vida mineira nos séculos XVIII e XIX exibindo um acervo composto por coleções de imaginária, mobiliário, pinturas, máquinas, equipamentos de trabalho, instrumentos musicais e meios de transporte.

O museu não buscava reconstruir o ambiente onde aconteceu a vida da elite local, recolhendo objetos notáveis, nem tampouco exaltando algum episódio da “História Nacional”. O objetivo do Museu Regional seria mostrar o importante momento dentro da evolução das artes, maiores e menores, no Brasil e tornar conhecida pelo público a evolução das idéias e da produção artísticas e arquitetônicas brasileiras.

Para tal finalidade, Lúcio Costa encomenda em 1957 a execução de dois “murais didáticos” para figurarem como “o elemento principal da exposição artística e histórica” no grande salão de entrada. Pintados com uma linguagem moderna, dialogando com a pintura histórica, sobre as faces de uma mesma parede, serviriam para elucidação do significado das peças expostas.

O primeiro painel corresponde a “Renovação artística do século XIX”, e traz sobre sua superfície desenhos de peças exemplares de arquitetura, mobiliário e indumentária.



Figura 5: Mural de Renovação Artística
Fonte: Levantamentos do autor



Figura 6: Mural de São João del-Rei
Fonte: Levantamentos do autor

O segundo painel é dedicado a cidade e apresenta desenhos de edificações exemplares sobre uma estilizada malha urbana.

Os murais apresentam desenhos construídos por uma linha de contorno, entre o desenho purista e a representação arquitetônica, traçada sobre um fundo pardo, complementada por uma mancha em tons claros. Neles estariam gravadas as indicações daquilo que idealmente o brasileiro deveria saber sobre a cidade, sua arquitetura colonial e imperial, ou ainda sobre uma etapa na evolução das artes maiores e menores durante o século XIX. (FLORES, 2007)

4.4 – A cidade e o IPHAN pós década de 1940

No ano de 1938, o antigo largo da Câmara foi remodelado pela prefeitura, modificando-se suas antigas características. Neste mesmo ano o SPHAN tomba o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del-Rei, ao mesmo tempo o Diário

do Comércio saudava a iniciativa do prefeito em modificar a frente de dois sobrados localizados na praça Severiano Ribeiro, ao lado do Museu Regional de São João del-Rei. A proposta incluía o recuo dos edifícios, fazendo um realinhamento das ruas, e que, segundo o jornal “destoavam do conjunto estético da modernizada artéria”. Num artigo de 07 de julho de 1939, o mesmo Diário do Comércio diz não ser apologista da demolição, mas pede critérios para a conservação dos imóveis da cidade. (MALDOS, 1997).

A década de 1940 mostra uma cidade avessa à idéia da preservação quando é deflagrada uma crise entre o público e o particular. A defesa da preservação se fazia em torno de alguns poucos objetos, considerados relevantes para a cidade como as pontes, as igrejas e os passos da paixão. Num artigo do Diário do Comércio, do ano de 1940, cobra-se uma planta da cidade a ser levantada pela Prefeitura, no sentido de orientar as novas construções, em áreas específicas, preservando os conjuntos mais antigos, uma vez que até essa época não havia sido delimitada a área de tombamento da cidade.

O conflito em torno do casarão levou o SPHAN a documentar a área central da cidade, para o tombamento individual de imóveis e ruas, realizando para tal um levantamento fotográfico, no final do ano de 1946. Segundo o Diário do Comércio a definição da área tombada pelo SPHAN ocorreu graças ao bom entendimento entre o dirigente municipal e o SPHAN, cujas negociações “chegaram ao bom termo para o Tombamento parcial da cidade” e que as demais áreas não incluídas não tinham “impedimento para construções e reconstruções modernas (MALDOS, 1997).

No final do séc. XIX, a partir do impulso que a cidade recebeu com a criação da EFOM, teve início um novo adensamento acompanhando a linha férrea, em direção ao Arraial de Matosinhos, região das áreas mais afastadas e antigas, cujos pedidos de terra datam dos meados do séc. XVIII, que foi se expandindo em chácaras e é hoje um dos bairros de maior concentração populacional do município. Na cidade, ainda hoje é tema de discussão a demolição da igreja de Bom Jesus do Matosinhos construída em 1770, que pela vontade do pároco da

época foi demolida na década de 1970 por não estar incluída entre os bens tombados pelo antigo SPHAN.

A delimitação da área urbana a ser preservada, só veio a acontecer em 1947. O núcleo histórico que foi preservado, constituía, na época, a área mais íntegra. O conjunto de bens imóveis tombados totaliza, aproximadamente, cerca de 710 imóveis. As principais ruas/logradouros que compõem o núcleo histórico são: rua de Santo Antônio, rua Getúlio Vargas (r. Direita), praça Francisco Neves (largo da Câmara), rua Padre José Maria (r. da Prata), praça Frei Orlando (largo de São Francisco), entre outros. Além destes, compõem o centro histórico, igrejas capelas, pontes, passos da Paixão, um chafariz (chafariz da Legalidade) e o complexo Ferroviário¹.

Tabela III – Relação de monumentos históricos tombados na cidade de São João del-Rei – MG.			
01	Sobrado à Rua Marechal Deodoro, 12 – atual Museu Regional de São João del-Rei.	Processo:0361-T-46 Livro de Belas Artes – Inscrição: 310 Data: 01/08/1946 Livro Histórico – Inscrição: 244 Data: 01/08/1946	
02	Igreja de Nossa Senhora do Carmo.	Processo:0172-T-38 Livro de Belas Artes – Inscrição: 193 Data: 26/07/1938 Livro Histórico – Inscrição: 090 Data: 26/07/1938	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN
03	Igreja de São Francisco de Assis.	Processo:0171-T-38 Livro de Belas Artes – Inscrição: 164 Data: 15/07/1938 Livro Histórico – Inscrição: 078 Data: 15/07/1938	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN
04	Complexo ferroviário de São João del-Rei.	Processo:1185-T-85 Livro de Belas Artes – Inscrição: 596 Data: 03/08/1989 Livro Histórico – Inscrição: 528 Data: 03/08/1989	
05	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de São João del-Rei.	Processo:0068-T-38 Livro de Belas Artes – Inscrição: 001 Data: 04/03/1938	
06	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar.	Processo:0404-T-38 Livro de Belas Artes – Inscrição: 328 Data: 29/11/1949	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN.

¹ CARRAZONI, Maria Elisa, 1987.

07	Passos da Paixão de Cristo das Ruas Duque de Caxias e Getúlio Vargas.	Processo:0410-T-49 Livro de Belas Artes – Inscrição: 343 Data: 06/12/1949	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN.
----	--	---	---



Figura 7: Vista aérea da cidade

Fonte: Flores, 2007.

Legenda: 1 Largo Tamandaré/Área de atuação do SPHAN; 2 – Estação Ferroviária; 3 – Sopé da Serra do Lenheiro; 4 – Saída para São Paulo; 5 – Saída para o Rio de Janeiro; 6 – Saída para Belo Horizonte.

4.5 – Os documentos de proteção.

No documento internacional de 1964, que ficou conhecido como a Recomendação de Paris, uma das Cartas Patrimoniais, ficou estabelecido que a pertinência da ação de proteção dos Estados em relação a seus bens culturais define o que deve ser objeto dessa proteção e a obrigatoriedade da existência de políticas públicas que efetivem a ação do Estado nesse sentido. Para garantir a proteção de seu patrimônio cultural contra todos os perigos de empobrecimento, a Recomendação tem por princípios gerais que cada Estado-Membro deverá adotar as medidas adequadas para exercer um controle eficaz sobre a exportação de bens culturais. Continuando, afirma que deverá providenciar para que a proteção dos bens culturais esteja sob a responsabilidade de órgãos oficiais adequados e, se necessário, instituir um serviço nacional para a proteção dos bens culturais.

Ainda de acordo com a mesma Recomendação de Paris, o serviço nacional de proteção dos bens culturais será um serviço administrativo do Estado ou um órgão que atuando em conformidade com a legislação nacional, disponha dos meios administrativos, técnicos e financeiros que permitam o desempenho eficaz de suas funções.

No Brasil, como dito anteriormente, essas preocupações foram equacionadas de forma pioneira com a promulgação em 1937 do Decreto-lei nº 25, que conferiu ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN poder de polícia para a salvaguarda dos bens culturais protegidos pelo tombamento.

O tombamento é um instrumento administrativo com vistas a proteger esses bens ou sítios considerados relevantes para o patrimônio cultural ou natural. São as medidas legais adotadas para manter as características essenciais dos bens materiais, que o identificam e a partir das quais ele foi valorado. O bem tombado se mantém sob a posse e propriedade originais, porém, não pode ser destruído ou descaracterizado, garantindo-se, desta forma, a sua preservação.

A implementação de ações de *proteção* do “patrimônio nacional” foi estratégica para a ampliação das redes territoriais na formação do Estado e para a construção de sentimentos de pertencimento a uma comunidade nacional imaginada, na medida em que essas ações geraram uma territorialização particular da nação, garantindo a permanência, no tempo e no espaço, de objetos monumentalizados. (CHUVA, 1995).

Além do Decreto, a própria Constituição Federal, especialmente nos artigos 215 e 216 definem o Estado como responsável pelo apoio, valorização à difusão das manifestações culturais, garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais, e dispõe sobre a competência do Poder Público para promover a proteção do patrimônio cultural local, respectivamente.

4.6 – Aloísio Magalhães e o IPHAN.

Depois da gestão de 30 anos de Rodrigo Mello Franco a preservação de bens culturais no Brasil atravessa uma fase de ostracismo explicada pela natureza eminentemente presidencialista da instituição.

O fato de o Estado ter assumido e ter dado conta por trinta anos, de forma solitária, da preservação de uma parte da memória no país, deixou de abrir espaços de interação com a sociedade, de compartilhar responsabilidades e difundir o conhecimento sobre esse conjunto de bens. No modelo de desenvolvimento adotado nesses anos, essas ações geravam tensões e desgastes para a atuação do órgão, a ponto de ser necessário recorrer a UNESCO para obter ajuda na reformulação da ação institucional no sentido de estabelecer um acordo entre preservação e desenvolvimento.

Nesse sentido, três ações são implementadas: é assinado o “Compromisso de Brasília”, que atesta a idéia de compartilhamento de responsabilidades pela preservação do patrimônio nacional entre as instâncias do governo; é criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), em 1973; é criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, com o objetivo de “descrição e análise da dinâmica cultural brasileira”.

A direção do CNRC foi dada ao *designer* pernambucano Aloísio de Magalhães. A visão de Aloísio era crítica em relação aos órgãos oficiais que tratavam da cultura, cuja atuação julgava ultrapassada. Em 1979 assume a direção do IPHAN. Sua pauta para a modernização da instituição inicia por uma revisitação ao texto de Mário de Andrade elaborado 50 anos antes. A isso agrega seu próprio conceito amplo de bem cultural e sua visão de que a comunidade é o melhor guardião do patrimônio, trazendo uma revolução ao IPHAN estático de então. Valendo-se de sua habilidade como *designer* começa a traçar um novo desenho para o quadro institucional, relacionado com a questão cultural no Brasil. As grandes contribuições de Aloísio Magalhães ao tema da preservação no Brasil foram a necessidade de envolvimento

das comunidades nas discussões sobre preservação de seus contextos urbanos, a atividade da preservação a serviço da sociedade e o fato de ter conferido à produção popular e etnográfica o *status* de patrimônio nacional.

A partir de então, foi introduzida, na temática do IPHAN, a questão do patrimônio com base na noção de *referência cultural*, deslocando-se o foco dos *bens*, para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores, condicionados historicamente. (FONSECA, 1997).

5 – Metodologia:

5.1 – Tipo de pesquisa, sujeitos participantes e instrumentos de coleta de dados:

método utilizado e principal instrumento de coleta de dados é o questionário semi-estruturado, aplicado em estabelecimentos comerciais no perímetro urbano, restrito ao centro histórico tombado, com questões previamente preparadas visando à coleta de respostas escritas objetivas.

Procuramos apresentar perguntas que relacionassem os fatores e, que desta forma, nos permitissem observar a realidade na direção proposta.

Para a análise da relação social entre a comunidade do município de São João del-Rei, o Escritório Técnico II (ET II), órgão de fiscalização vinculado a 13ª Superintendência Regional – MG e o Museu Regional, órgão de mediação cultural vinculado ao Departamento de Museus e Centros Culturais-DF (DEMU/IPHAN), escolhemos como público alvo, trabalhadores do comércio local situado nas ruas próximas as duas representações, onde foram aplicados questionários não tendo sido levado em consideração o número de funcionários de cada comércio.

A análise das entrevistas levou em conta se o entrevistado é morador do centro histórico, sua faixa etária e seu conhecimento e nível de envolvimento com o assunto em questão. Consideramos, ainda, o nível de escolaridade do entrevistado.

Modelo de Questionário I – 2º Teste



Qual o seu sexo: M () F ()		Qual a sua idade:	
Marque o seu nível de escolaridade:		() Fundamental	() Médio () Sup/Pós
Você estuda regularmente: Sim () Não () Em que série:			
Em que ano você parou de estudar:		Em que série:	
Você trabalha em São João del-Rei? Sim () Não () Em que local:			
Você é natural de São João del-Rei: Sim () Não ()			
Em que bairro, cidade ou estado você nasceu:			
Em que bairro você mora:			
Há quanto tempo:			
Que museu(s) de São João del-Rei você conhece:			
() Centro de Memória Ferroviária	() Museu do Estanho John Sommers		
() Memorial Dom Lucas Moreira Neves	() Museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB)		
() Memorial Presidente Tancredo Neves	() Museu Municipal Tomé Portes del-Rei		
() Museu de Arte Sacra	() Museu Regional de São João del-Rei		
Que museu(s) de São João del-Rei você já visitou:			
() Centro de Memória Ferroviária	() Museu do Estanho John Sommers		
() Memorial Dom Lucas Moreira Neves	() Museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB)		
() Memorial Presidente Tancredo Neves	() Museu Municipal Tomé Portes del-Rei		
() Museu de Arte Sacra	() Museu Regional de São João del-Rei		
Em que local (bairro, rua, praça) está localizado o Museu Regional de São João del-Rei?			
Dê a sua opinião sobre o Museu Regional de São João del-Rei.			
Ótimo ()	Bom ()	Regular ()	Ruim () Não conheço ()
Você sabe o que é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN?			
Sim () Não ()			
O que ele faz em sua cidade?			
Que unidade(s) ou representação(ões) o IPHAN possui em sua cidade:			
Qual a sua opinião sobre a atuação do IPHAN em sua cidade?			
Ótima ()	Boa ()	Regular ()	Péssima () Não tenho opinião ()
Você sabe o significado da palavra “tombamento”? Sim () Não ()			
Descreva o significado da palavra “tombamento”:			

Modelo de Questionário II – Finalizado



Qual o seu sexo: M () F ()					Qual a sua idade:					
Marque o seu nível de escolaridade:					()	Fundamental	()	Médio	()	Sup/Pós
Você estuda regularmente: Sim () Não () Em que série:										
Você é natural de São João del-Rei: Sim () Não ()										
Em que bairro, cidade ou estado você nasceu:										
Em que bairro você mora:										
Há quanto tempo:										
Em que local (bairro, rua, praça) está localizado o Museu Regional de São João del-Rei?										
Que museu(s) de São João del-Rei você já visitou:										
() Centro de Memória Ferroviária										
() Memorial Dom Lucas Moreira Neves										
() Memorial Presidente Tancredo Neves										
() Museu de Arte Sacra										
() Museu do Estanho John Sommers										
() Museu da Força Expedicionária Brasileira (FEB)										
() Museu Municipal Tomé Portes del-Rei										
() Museu Regional de São João del-Rei										
Dê a sua opinião sobre as exposições e atividades do Museu Regional de São João del-Rei.										
Ótimo ()	Bom ()	Regular ()	Ruim ()	Não conheço ()						
Você sabe o que é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN?										
Sim () Não ()										
O que ele faz em sua cidade?										
Que unidade(s) ou representação(ões) o IPHAN possui em sua cidade:										
Qual a sua opinião sobre a atuação do IPHAN em sua cidade?										
Ótima ()	Boa ()	Regular ()	Ruim ()	Não tenho opinião ()						
Você sabe o significado do termo “tombamento de um bem cultural”? Sim () Não ()										
Descreva o significado:										

5.2 - Procedimento de coleta de dados.

O nosso intuito inicial era aplicar os questionários e resgatá-los em seguida, sem dar ao entrevistado a chance de preenchê-lo em casa ou junto aos colegas. Esbarramos, porém, em algumas especificidades como a necessidade de respeitar a realidade do estabelecimento, ou seja, o movimento diário, a troca de turno e a disponibilidade em nos receber. Outro fato foi a proximidade do carnaval e em seguida o início do período letivo aumentando sobremaneira o movimento de vendas nos estabelecimentos. Desta forma, fomos forçados a deixar os questionários com um representante de cada comércio, que, após ouvir a explicação de como eles deveriam ser respondidos, se comprometiam em respeitar regras e nos devolver os mesmos logo que preenchidos. Face ao exposto, optamos em ampliar o número de empresas e de questionários aplicados, visando reduzir a margem de erros. Esperamos ter conseguido atingir nossos objetivos com as medidas empreendidas.

Tomando por base as hipóteses da pesquisa, buscamos formular questões cujas respostas esclarecessem os objetivos do trabalho. A primeira versão do questionário foi testada junto aos funcionários do próprio museu onde trabalhamos, quando aplicamos ao todo oito questionários teste. A partir das observações feitas pelos funcionários, da nossa observação, e dos resultados obtidos, elaboramos mais dois modelos que foram sendo burilados até chegarmos a um que pensávamos fosse o definitivo.

Dentro os objetivos anteriormente definidos e do público alvo escolhido procuramos uma empresa próxima ao museu (empresa A), localizada no centro histórico, em cuja entrada obtivemos a colaboração do proprietário. Aplicamos mais nove questionários, que foram posteriormente tabulados.

Observamos que alguns itens estavam ainda inapropriados ou mesmo, não respondiam as questões básicas da pesquisa, ou ainda, não estavam bem localizados na estrutura do questionário. Alguns deles foram excluídas, bem como outros foram re-elaborados de forma mais objetiva ou inseridos em lugares chave.

Um exemplo foi a pergunta referente ao ano em que o entrevistado parou de estudar e a série que cursava. A primeira não acrescentava informação a pesquisa, enquanto a segunda se repetia e confundia o pesquisado.

Outro exemplo era a pergunta “você trabalha em São João del-Rei?”. O público-alvo da pesquisa são os trabalhadores do centro histórico, logo, se o pesquisado não trabalhasse no centro histórico ele não seria entrevistado.

Mais uma pergunta foi alterada: “Em que local (bairro, rua, praça) está localizado o Museu Regional de São del-Rei?”. Esta pergunta vinha logo após as perguntas “que museu(s) de São João del-Rei você conhece” e “que museu(s) de São João del-Rei você já visitou”. Nosso objetivo era saber se o pesquisado além de conhecer o museu já o tinha visitado. Acreditamos que da forma como estavam colocadas poderiam induzir ao erro. Resolvemos, então, colocar a pergunta referente a localização do museu antes da pergunta se ele já o havia visitado. Ao mesmo tempo suprimimos a pergunta sobre se ele conhecia o museu, pois constatamos que alguns dos primeiros pesquisados, diziam conhecer porém nunca o tinham visitado, além de os outros museus não serem alvo em nossa pesquisa.

No que se refere a pergunta sobre o significado do termo “tombamento”, a nosso ver, vago para o entendimento dos pesquisados e a partir do resultado indefinido das respostas no questionário teste, optamos por substituí-la pela expressão “tombamento de um bem cultural”, mais abrangente e possivelmente de mais fácil entendimento para moradores de um município que possui diversos bens de seu patrimônio histórico tombados.

5.3 – Tabulação de resultados e Análise de dados.

Tabela IV – Análise global – Parte I

C1 Empresa	C2 Nº de Questões	C3 Sexo		C4 Faixa etária			C5 Nível de Escolaridade			C6 Estuda regularmente		C7 Naturalidade		C8 Local onde reside	
		Masc	Fem	18 a 25	26 a 30	31 a 50	Fundamental	Médio	Superior	Sim	Não	SJdR	Outro	Centro histórico	Periferia
A	09	06	03	05	03	01	-	06	03	05	04	07	02	04	05
B	03	-	03	02	-	01	-	02	01	01	02	01	02	01	02
C	08	06	02	03	03	02	01	03	04	02	05	06	01	04	04
D	06	03	03	02	-	04	01	03	02	02	04	05	01	02	04
E	13	01	12	07	-	05	-	10	03	03	10	12	-	01	11
F	12	-	12	01	04	06	03	09	-	-	11	10	02	06	05
G	19	09	10	07	05	05	06	13	-	03	16	15	03	05	14
H	61	29	29	39	08	04	13	41	04	15	42	47	11	19	40
I	28	19	06	04	01	21	04	14	04	03	23	19	07	03	21
TG	159	73	80	70	24	49	28	101	21	34	117	122	29	45	106
%	100	50,31	45,91	44,02	15,09	30,81	17,61	63,52	13,20	21,38	73,58	76,72	18,23	28,30	66,66

Tabela V – Análise global – Parte II

C1 Empresa	C9 Museus que visitou na cidade			C10 Conhece o Museu Regional		C11 Possui opinião sobre o Museu Regional		C12 Conhece o IPHAN		C13 Conhece a atuação do IPHAN		C14 Conhece suas representações		C15 Possui opinião sobre atuação do IPHAN		C16 Sabe o que significa o termo Tombamento	
	MR	Outro	Nh	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
A	02	09	-	04	05	04	05	05	04	05	04	01	08	04	05	03	06
B	01	-	02	01	02	01	02	01	02	01	02	-	02	-	03	01	02
C	05	08	-	05	03	05	03	05	03	05	03	-	08	03	05	05	03
D	03	05	01	04	02	05	01	05	01	03	03	03	03	04	02	03	03
E	06	12	-	09	04	10	03	09	04	09	04	05	08	09	04	11	02
F	-	03	06	-	12	-	12	-	12	-	12	-	12	-	12	-	12
G	04	09	07	08	09	04	13	02	17	01	18	-	19	02	17	03	14
H	33	37	13	45	14	29	30	16	42	14	44	01	57	12	46	23	35
I	16	22	04	21	05	19	10	18	10	13	13	01	26	16	10	17	10
TG	70	105	33	97	56	77	79	61	95	51	103	11	143	50	104	66	87
%	44,02	66,03	20,75	61,00	35,22	47,16	49,68	38,36	59,74	32,07	64,77	6,91	90,56	32,07	64,77	41,50	54,71

Tabela VI – Primeiro grupo de análise individualizada – Parte I

C1	C2	C3		C4			C5			C6		C7		C8	
Empresa	Nº de Questões	Sexo		Faixa etária			Nível de Escolaridade			Estuda regularmente		Naturalidade		Local onde reside	
		Mas c	Fem	18 a 25	26 a 30	31 a 50	Funda- mental	Médio	Superior	Sim	Não	SJdR	Outro	Centro histórico	Periferia
E	13	01	12	07	-	05	-	10	03	03	10	12	-	01	11
F	12	-	12	01	04	06	03	09	-	-	11	10	02	06	05
G	19	09	10	07	05	05	06	13	-	03	16	15	03	05	14
TG	44	10	34	15	09	16	09	32	03	06	37	37	05	12	30
%	100	22,72	77,27	34,09	20,45	25,00	20,45	72,72	6,81	13,63	84,09	84,09	11,36	25,00	68,18

Tabela VII – Primeiro grupo de análise individualizada – Parte II

C1	C9			C10		C11		C12		C13		C14		C15		C16	
Empresa	Museus que visitou na cidade			Conhece o Museu Regional		Possui opinião sobre o Museu Regional		Conhece o IPHAN		Conhece a atuação do IPHAN		Conhece suas representações		Possui opinião sobre atuação do IPHAN		Sabe o que significa o termo Tombamento	
	MR	Outro	Nh	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
E	06	12	-	09	04	10	03	09	04	09	04	05	08	09	04	11	02
F	-	03	06	-	12	-	12	-	12	-	12	-	12	-	12	-	12
G	04	09	07	08	09	04	13	02	17	01	18	-	19	02	17	03	14
TG	10	24	13	17	25	14	28	11	33	10	34	05	39	11	33	14	28
%	22,72	54,54	29,54	38,63	56,81	31,81	63,63	25,00	75,00	22,72	77,27	11,36	88,63	25,00	75,00	31,81	63,63

Tabela VIII – Segundo grupo de análise individualizada – Parte I

C1	C2	C3		C4			C5			C6		C7		C8	
Empresa	Nº de Questões	Sexo		Faixa etária			Nível de Escolaridade			Estuda regularmente		Naturalidade		Local onde reside	
		Masc	Fem	18 a 25	26 a 30	31 a 50	Funda- mental	Médio	Superior	Sim	Não	SJdR	Outro	Centro histórico	Periferia
H	61	29	29	39	08	04	13	41	04	15	42	47	11	19	40
%	100	47,54	47,54	63,93	13,11	6,55	21,31	67,21	6,55	24,59	68,85	77,04	18,03	31,14	65,57

Tabela IX – Segundo grupo de análise individualizada – Parte II

C1	C9			C10		C11		C12		C13		C14		C15		C16	
Empresa	Museus que visitou na cidade			Conhece o Museu Regional		Possui opinião sobre o Museu Regional		Conhece o IPHAN		Conhece a atuação do IPHAN		Conhece suas representações		Possui opinião sobre atuação do IPHAN		Sabe o que significa o termo Tombamento	
	MR	Outro	Nh	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
H	33	37	13	45	14	29	30	16	42	14	44	01	57	12	46	23	35
%	54,09	60,65	21,31	73,77	22,95	47,54	49,18	24,22	68,85	22,95	72,13	1,63	93,44	19,67	75,40	57,37	37,70

Tabela X – Terceiro grupo de análise individualizada – Parte I

C1 Empresa	C2 Nº de Questões	C3 Sexo		C4 Faixa etária			C5 Nível de Escolaridade			C6 Estuda regularmente		C7 Naturalidade		C8 Local onde reside	
		Masc	Fem	18 a 25	26 a 30	31 a 50	Funda- mental	Médio	Superior	Sim	Não	SJdR	Outro	Centro histórico	Periferia
I	28	19	06	04	01	21	04	14	04	03	23	19	07	03	21
%	100	67,85	21,42	14,28	3,57	75,00	14,28	50,00	14,28	10,71	82,14	67,85	25,00	10,71	75,00

Tabela XI – Terceiro grupo de análise individualizada – Parte II

C1 Empresa	C9 Museus que visitou na cidade			C10 Conhece o Museu Regional		C11 Possui opinião sobre o Museu Regional		C12 Conhece o IPHAN		C13 Conhece a atuação do IPHAN		C14 Conhece suas representações		C15 Possui opinião sobre atuação do IPHAN		C16 Sabe o que significa o termo Tombamento	
	MR	Outro	Nh	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
I	16	22	04	21	05	19	10	18	10	13	13	01	26	16	10	17	10
%	57,14	78,57	14,28	75,00	17,85	67,85	35,71	64,28	35,71	46,42	46,42	3,57	92,85	57,14	35,71	60,71	35,71

Do total de questionários aplicados e posteriormente tabulados 45,91% dos entrevistados são do sexo feminino e 50,31% do sexo masculino. A maior parte deles, 44,02% encontra-se na faixa etária entre 18 e 25 anos de idade, seguidos pelos que declararam ter mais de 30 anos, em torno de 30,81% e 15,09% na faixa entre 26 e 30 anos. Deve-se ressaltar, que do total de entrevistados com mais de 30 anos, 13,20% são funcionários da empresa I que difere das outras empresas por ser uma prestadora de serviços.

No item que se refere ao nível de escolaridade, 63,52% possuem o nível médio, enquanto 17,61% o fundamental e a minoria (13,20%) o nível superior. O município possui em sua rede de ensino a Universidade Federal de São João del-Rei, que oferece em média trinta cursos de graduação em quatro Campus avançados na Região. O que podemos concluir a partir da informação é que ao menos uma parcela dos jovens da cidade não tem acesso a esses cursos, uma vez que a grande maioria (73,58%) declarou não freqüentar nenhum curso, enquanto apenas a minoria (21,38%) estuda regularmente.

Quanto a origem, grande parte dos entrevistados declarou ser natural de São João del-Rei (76,72 %), enquanto a minoria (18,23%) é natural de outras localidades, o que valida a amostragem escolhida. De forma geral são naturais de Minas Gerais, e os outros Estados citados são, Rio de Janeiro (03), São Paulo (01) e Estado do Amazonas (01). A periferia da cidade é o local mais habitado pelos entrevistados (66,66%) enquanto o centro histórico apresentou o índice de 28,30%. Além do Centro histórico que mescla a classe média e a elite, alguns bairros nobres situam-se em seu entorno, enquanto a periferia é habitada pelas classes média e baixa.

Na sua maioria os entrevistados conhecem mais os outros Museus (66,03%) que o Museu Regional (44,02%), da mesma forma que um número considerável de entrevistados (20,75%) não conhece nenhum Museu da cidade. A cidade possui uma boa rede de pequenos e médios museus dentre os quais se inclui o Museu Regional de São João del-Rei. Os “outros museus”, que incluímos no questionário, são vinculados a

tradição e cultura locais. O Centro da Memória Ferroviária é um dos mais visitados, inclusive pelos turistas, pois está localizado na estação de onde parte a Maria Fumaça em direção a cidade de Tiradentes; o Memorial Presidente Tancredo Neves reflete o orgulho pelos filhos da terra, bem como o Memorial Dom Lucas Moreira Neves; o Museu do Estanho John Sommers relaciona-se ao grande comércio de peças de estanho que são produzidas na cidade; o Museu da Força Expedicionária Brasileira vincula-se a tradição militar local, que enviou um grande contingente de pracinhas as batalhas da segunda Guerra Mundial; o Museu Municipal, e sua ligação com as secretarias municipais propicia uma procura por parte das escolas locais; e finalmente o Museu de Arte Sacra, que apesar de encontrar-se fechado passando por reformas, vincula-se a tradição religiosa local, um dos principais patrimônios culturais da cidade.

No módulo de perguntas sobre a localização do Museu Regional, 61,00% das pessoas afirmaram conhecer, enquanto 35,22% não conhecem; 49,68 % dos entrevistados não possuem opinião sobre o museu, contra 47,16% que possuem. Quando no questionário teste, optamos por inverter a ordem das perguntas, pensávamos que resolveríamos tal questão, porém, o fato continuou a se repetir. As pessoas sabem onde o museu fica localizado, de alguma maneira o conhecem, porque passam por ele diariamente, mas isso não significa que necessariamente o tenham visitado e possam expressar sua opinião sobre ele.

No módulo de questões sobre o IPHAN 59,74% demonstraram que não conhecem o Instituto, enquanto 38,36% afirmaram conhecê-lo; 64,77% dos entrevistados não conhecem a atuação do IPHAN, contra 32,07% que afirmaram conhecer. A respeito das representações do IPHAN na cidade, 90,56% dos entrevistados afirmaram não conhecer enquanto apenas 6,91% conhecem; 64,77% dos entrevistados não possuem opinião sobre a atuação do IPHAN na cidade, contra 32,07% que afirmou possuir; 54,71% não conhecem o significado do termo tombamento, enquanto 41,50% afirmaram conhecer. Os dados nos revelam que o IPHAN não é uma instituição amplamente conhecida na cidade, e muito menos a sua atuação que se repete na falta de opinião formada por parte dos entrevistados, e no reconhecimento das representações da instituição.

Finalmente, mais da metade dos entrevistados, em um município com um número considerado de bens tombados não sabem o que significa o termo “tombamento de um bem cultural”.

A proporção que tabulávamos os questionários, registramos algumas opiniões desviantes. Imbuídos de vontade de discutir mais os resultados, resolvemos, então, ampliar a análise, compartimentando-a em três grupos distintos.

O primeiro grupo de análise refere-se as empresas **E (Papeleria A Colegial)**, **F (Padaria Casa do Pão)** e **G (Sacolão Center)**, cujos quarenta e quatro (44) questionários foram, nesse momento, analisados em conjunto uma vez que as três localizam-se na mesma avenida, em frente ao ET II, que encontra-se do outro lado do Córrego do Lenheiro.

Neste grupo a maioria das pessoas entrevistadas e do sexo feminino (77,27%) enquanto a minoria do sexo masculino (22,72%), porém, com relação a faixa etária, os índices se repetem: a maioria encontra-se na faixa etária entre 18 e 25 anos de idade (34,09%), seguidos pelos que declaram ter mais de 30 anos (25,00%), e finalmente os que estão na faixa entre 26 e 30 anos (20,45%).

De maneira geral os resultados repetem os mesmos índices da análise global dos questionários. No que se refere ao nível de escolaridade, a maioria possui o nível médio (72,72%), enquanto um grupo intermediário possui o nível fundamental (20,45%) e a minoria o nível superior (6,81%). A grande maioria declarou não estudar regularmente (84,09%), enquanto a minoria frequenta algum curso no momento (13,63%).

Da mesma forma, quanto a origem, declaram ser naturais de São João del-Rei (84,09%), enquanto a minoria é natural de outras localidades (11,36%). A periferia da cidade foi o local mais indicado como moradia (68,18%) enquanto o centro histórico apresentou um índice bem menor (25,00%).

No módulo de perguntas sobre o Museu, na sua maioria os entrevistados conhecem mais os outros Museus (54,54%) que o Museu Regional (22,72%), enquanto a menor parcela dos entrevistados (29,54%) não conhece nenhum Museu. Com relação a sua localização, obtivemos a primeira constatação da diferença que representa o fato de apesar de bem próximos do Museu Regional, os comércios em questão se encontram “distantes” dele, ou muitas vezes não estão no caminho usado pelos entrevistados para ir e vir. Em sua maioria, as pessoas não conhecem o museu (56,81%), enquanto a menor parte afirmou conhece-lo (38,63%). Os entrevistados que não possuem opinião sobre o museu é alto (63,63%), contra uma minoria que possui (31,81%).

No módulo de questões a respeito do conhecimento e atuação do IPHAN, os índices continuaram se alterando e aumentando: é superior o número dos que não conhecem o Instituto (75,00%), enquanto os que afirmaram conhecê-lo é inferior (25,00%), bem como os que não conhecem a atuação do IPHAN (77,27%), contra os que afirmaram conhecer (22,72%). A respeito das representações do IPHAN na cidade, a maioria dos entrevistados afirma não conhecer (88,63%) enquanto apenas uma pequena parcela as conhecem (11,36%), como também é grande o número de entrevistados que não possui opinião sobre a atuação do IPHAN na cidade (75,00%), contra uma minoria que afirmou possuir (25,00%). Na mesma linha dos resultados anteriores é grande os que não conhecem o significado do termo tombamento (63,63%), em comparação com os que conhecem (31,81%).

O segundo grupo de análise refere-se a empresa **H (filial do Supermercado Sales)** localizado na entrada do Bairro do Tejuco, início da periferia, bem próximo ao museu, com 61 (sessenta e um) questionários. Localiza-se exatamente em frente ao Museu Regional; para se chegar a um, fatalmente deve-se passar pelo outro.

Quanto ao sexo o numero de pessoas entrevistadas ficou dividido, de forma exata, 47,54%. A maioria (63,93%) esta na faixa etária entre 18 e 25 anos de idade, seguido pelos que estão na faixa entre 26 e 30 anos (13,11%) e finalmente pelos que declaram

ter mais de 30 anos (6,55%). Acreditamos que a baixa faixa etária registrada represente a pouca oferta de empregos na cidade e região.

Os indicadores se repetem no que se refere ao nível de escolaridade, com a maioria incluída no nível médio (67,21%), seguido pelo nível fundamental (21,31%) e a minoria com nível superior (6,55%). A grande maioria declarou não estudar regularmente (68,85%), enquanto a minoria frequenta algum curso no momento (24,59%).

Quanto a origem, a maioria declarou ser natural de São João del-Rei (77,04%), enquanto a minoria é natural de outras localidades (18,03%). A periferia da cidade foi o local mais indicado como moradia (65,57%) enquanto o centro histórico apresentou um índice menor (31,14%).

Na sua maioria os entrevistados conhecem mais os outros Museus (60,65%) que o Museu Regional (54,09%), da mesma forma que 21,31% dos entrevistados não conhecem nenhum Museu.

No módulo de perguntas sobre o Museu Regional, em função da localização tanto do museu quanto do mercado, os indicadores se alteram, e cresce o número de pessoas que o conhecem: a maioria dos entrevistados o conhece (73,77%), enquanto a minoria afirmou não conhecê-lo (22,95%); altera-se também o número de entrevistados que não possuem opinião sobre o museu (49,18%), contra os que possuem (47,54%).

No módulo de questões sobre o IPHAN os índices mantêm a mesma alteração, aumentando o número dos que não conhecem as representações: a maioria não conhece o Instituto (68,85%), enquanto a minoria afirma conhecê-lo (24,22%); a maioria dos entrevistados não conhece a atuação do IPHAN (72,13%), contra a minoria que afirmou conhecer (22,95%).

A respeito das representações do IPHAN na cidade, quase a totalidade dos entrevistados afirmou não conhecer (93,44%) enquanto apenas uma pessoa as conhece

(1,63%). Mais uma vez, a maioria dos entrevistados não possui opinião sobre a atuação do IPHAN na cidade (75,40%), contra a minoria que afirmou possuir opinião (19,67%).

Com relação ao conhecimento do termo tombamento os índices se alteram e a maioria sabe o significado (57,37%), em relação a minoria que não sabe (37,70%).

O terceiro e último grupo de análise individualizada é a empresa I (**Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**). A proporção em que tabulávamos os dados dos vinte e oito (28) questionários aplicados na empresa notamos algumas especificidades nas respostas: a maior parte dos entrevistados é do sexo masculino (67,85%), enquanto a menor parte do sexo feminino (21,42%); a primeira diferença que se revela deste total com relação a faixa etária onde a maioria encontra-se acima dos 30 anos (75,00%), seguidos dos que se encontram entre os 18 e 25 anos de idade (14,28%) e finalmente os que estão na faixa entre 26 e 30 anos (3,57%).

No que se refere ao nível de escolaridade, a metade dos entrevistados possui o nível médio (50,00%), enquanto o fundamental e o nível superior possuem o mesmo índice (14,28%). A grande maioria declarou não estudar regularmente (82,14%), enquanto a minoria faz algum curso no momento (10,71%). Neste módulo o nível médio de escolaridade não se altera, porém, o nível universitário aumenta. Acreditamos que o fato de a EBCT exigir concurso público para quem quer fazer parte de seus quadros seja o fator diferenciador, neste caso específico.

Quanto a origem, mais uma vez a maioria declarou ser natural de São João del-Rei (67,85%), enquanto a minoria é natural de outras localidades (25,00%). A periferia da cidade foi o local mais indicado como moradia (75,00%) enquanto o centro histórico apresentou um índice menor (10,71%). O índice de pessoas de outras localidades é pouco maior que o habitual e acreditamos que se deva ao fato de por ser uma empresa de abrangência nacional, funcionários de outras localidades se transfiram para a cidade.

Mais uma vez o índice volta a se igualar a análise global e na sua maioria os entrevistados conhecem mais os outros Museus (78,57%) que o Museu Regional (57,14%), da mesma forma que a minoria não conhece nenhum Museu na cidade (14,28%).

No módulo de perguntas sobre a localização do Museu Regional, a maioria o conhece (75,00%), enquanto a minoria afirmou não conhecê-lo (17,85%); a maioria dos entrevistados possui opinião sobre o museu (67,85 %), contra uma minoria que não possui (35,71%).

No módulo de questões sobre o IPHAN repete-se a alteração dos indicadores: a grande maioria conhece o Instituto (64,28%), enquanto a minoria afirma não conhecê-lo (35,71%); a metade dos entrevistados conhece a atuação do IPHAN (46,42%); mantêm-se, porém, os índices que dizem respeito as representações do IPHAN na cidade, com a maioria dos entrevistados afirmando não conhecer (92,85%) enquanto apenas poucos conhecem (3,57%); sobre a atuação do IPHAN a maioria também possui opinião (57,14%), contra uma minoria que afirmou não ter opinião (35,71%). O significado do termo tombamento é bem conhecido (60,71%), se comparado aos que não o conhecem (35,71%). Acreditamos que as alterações devem-se ao fato de os funcionários da EBCT conhecerem as instituições pela natureza de sua atuação, porém, de forma específica as mesmas alterações se igualam a das outras análises no que se refere às representações, por exemplo, que não são conhecidas, enquanto aumenta o índice dos que conhecem o significado do termo tombamento.

7 – Conclusão.

Chuva (1995), a respeito de Halbwachs, afirma que o autor embora não concebesse a noção de memória coletiva como uma construção homogeneizadora da cultura e, portanto, como uma forma de violência simbólica, acentuava seu caráter de reforço de coesão social, considerando a nação um grupo, cuja memória – nacional – constituiria a forma mais plena de memória coletiva.

Segundo a autora, parece hoje bastante claro, que o processo de construção de uma “memória nacional” é, sem dúvida, um exercício de violência simbólica, que se dá justamente a partir do não questionamento da arbitrariedade das escolhas, representadas e reconhecidas como naturais, pelos agentes sociais envolvidos no jogo.

Concordamos com Fonseca (1997) quando ela afirma que o fato de o Estado ter assumido de forma solitária, a preservação de parte da memória no país, deixou de abrir espaços de interação com a sociedade, de compartilhar responsabilidades e difundir o conhecimento sobre esse conjunto de bens, e que essas ações não apenas geravam tensões e desgastes para a atuação do órgão, como ainda geram e promovem o afastamento e o desconhecimento por parte da instituição pela comunidade de São João del-Rei.

Todo o processo histórico de desapropriação e tombamento de grande parte dos monumentos na cidade, feriu interesses econômicos de grupos locais e desde então se criou uma cisão entre a função fiscalizadora do IPHAN e os interesses dos proprietários de residências tombadas no município.

O fato de Rodrigo de Mello Franco ter optado pelo levantamento, o registro e a preservação do patrimônio de pedra e cal, tombando diversos monumentos representativos de uma cultura de elite, transformando o IPHAN numa instituição eminentemente técnica, distanciando-se dos anseios de Mário de Andrade que privilegiava o levantamento e o registro da cultura popular e pretendia socializar o saber, corroboram com os resultados da pesquisa.

Acreditamos, também, que as contribuições de Aloísio Magalhães, após a gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, em reafirmar a necessidade de envolvimento das comunidades nas discussões sobre preservação de seus contextos urbanos e a atividade da preservação a serviço da sociedade, devam ser mais uma vez objeto de reflexão e, a partir de então, incrementadas no município, uma vez que, refletem a relação de distanciamento observada entre o público pesquisado e a instituição.

Os resultados da análise vão de encontro à Recomendação de Paris, que estabelece a obrigatoriedade da existência de políticas públicas que efetivem a ação do Estado na proteção de seus bens culturais.

Podemos afirmar, ainda, como conclusão dos trabalhos, que a maioria dos entrevistados, são naturais do município, residentes na periferia da cidade, e possuidores de um nível insatisfatório de reconhecimento do IPHAN, não sendo capazes de identificar as suas representações bem como a sua atuação na preservação do patrimônio histórico e artístico da cidade.

Da mesma forma, conhecem mais os “outros museus” vinculados às tradições locais e valores ligados à práxis coletiva, que o Museu Regional; apesar de saberem onde ele está localizado, não o visitam com frequência bem como, não são capazes de emitir opinião a respeito de suas atividades e, não o identificam como um órgão representativo do IPHAN.

O termo “tombamento de um bem cultural” é uma expressão pouco reconhecida e difundida entre os entrevistados, fato marcante para um município que possui bens tombados individualmente e em conjunto.

Uma vez que o grupo entrevistado em sua maioria tem acesso até o nível médio de escolaridade, seu capital cultural também é limitado, no sentido citado por Bourdieu (1980) que ressalta que a escola não é simplesmente um lugar onde se aprendem

coisas, mas que é também uma instituição que concede títulos, direitos, e ao mesmo tempo, confere e manipula aspirações, considerando o sistema escolar como um veículo de produção deste mesmo capital cultural.

O que nesse momento realizamos é o estudo de uma sociedade da qual participamos procurando conhecê-la integralmente, dialogando com as suas formas hierárquicas, admitindo, que o exercício da atividade profissional que ora empreendemos necessita da comunidade como espelho e guia, pois é para ela que trabalhamos.

Diante das constatações, é mister a realização de projetos que implementem ações efetivas e promovam a retomada para a integração entre a comunidade e a instituição e desta forma a aproximação entre o povo e o seu patrimônio cultural, pois um monumento só se torna um bem cultural quando a coletividade assim o reconhece.

Referências bibliográficas.

BARBOSA, João Luiz Domingues. *Naquele tempo era uma família só: uma análise sobre família e mudança social no município de Araruama – RJ*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1996 – mimeo.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: T. A. Queiros, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

CARRAZONI, Maria Elisa, coord., 1987. *Guia dos bens tombados Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 534 p., il., 2.ed. (1.ed. 1980).

CHUVA, Márcia R. Romero. *A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995 – (arquivo digital).

FLORES, Ralf José Castanheira. *São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso*. Escola de Engenharia de São Carlos – USP – São Carlos – SP, 2007 (arquivo digital).

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

MALDOS, Roberto. *Formação Urbana de São João del-Rei. São João del-Rei*: IPHAN, 1997. (arquivo digital).

PESTANA, Til Costa. *A casa do Comendador João Antônio da Silva Mourão, atual prédio do Museu Regional de São João del-Rei*. Monografia (especialização) – Centro de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1990. (mimeo).

SOBRINHO, Antônio Gaio. *Visita à colonial cidade de São João del-Rei*. São João del-Rei – MG – Gráfica da FUNREI – Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei, 1999.